

# EconomiABC

## Análise de Conjuntura



# OBSERVATÓRIO ECONÔMICO

Abril/2014

# 5

Faculdade de Administração e Economia

Ciências Econômicas

# EconomiABC

## Análise de Conjuntura

Universidade Metodista de São Paulo  
Faculdade de Administração e Economia  
Curso de Ciências Econômicas  
Observatório Econômico

### Reitor

Prof. Dr. Márcio de Moraes

### Diretor da Faculdade de Administração e Economia

Prof. Dr. Luciano Venelli Costa

### Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

Profa. Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

### Coordenador de Estudos

Prof. Me. Sandro Renato Maskio

### Professores

Prof. Me. Sebastián Alejandro Barrueco Escobar

Profa. Ma. Elaine Pasquini

### Funcionária

Bruna Romualdo Teixeira

### Estagiário

Matheus Gabriel Giusti Fernandes

[www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)

2

**A**s opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Observatório Econômico ou da Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

3

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PANORAMA ECONÔMICO	6
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	9
INFLAÇÃO	13
MERCADO DE TRABALHO	16
COMÉRCIO EXTERIOR	19
PIB DO GRANDE ABC: iABC	22
OPINIÃO	25

# APRESENTAÇÃO

**E**sta quinta edição do Boletim EconomiABC traça a situação atual da economia da região do Grande ABC e algumas perspectivas para o ano de 2014. Como em todo ano eleitoral, as discussões sobre os rumos da economia se intensificaram. Um dos principais debates gira em torno da dura opção entre apertar o cerco contra a inflação ou estimular o crescimento da economia.

A região do Grande ABC, responsável por aproximadamente 2% do PIB nacional, não pode ficar fora do debate. O Observatório Econômico, por meio de suas pesquisas e publicações, visa enriquecer o debate na região e contribuir para o desenvolvimento econômico do Grande ABC.

Alunos envolvidos na elaboração do Boletim:

## COMÉRCIO EXTERIOR

Amanda Silva Godoy  
Gustavo Diaz Garcia

## FINANÇAS

Geovana Gonçalves Ferreira  
Willian Alves de Souza

## INFLAÇÃO

Anne Caroline Silva Oliveira  
Dalvino Torquato dos Reis Junior

## MERCADO DE TRABALHO

Cristiane Tiemi da Silva Ganaka  
Luís Henrique de Moraes Bezerra

## PANORAMA ECONÔMICO

Alex Paulo Lopes Nogueira  
Bruna Romualdo Teixeira

*Silvia Cristina da Silva Okabayashi  
Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas  
Universidade Metodista de São Paulo*

# 5

# PANORAMA ECONÔMICO

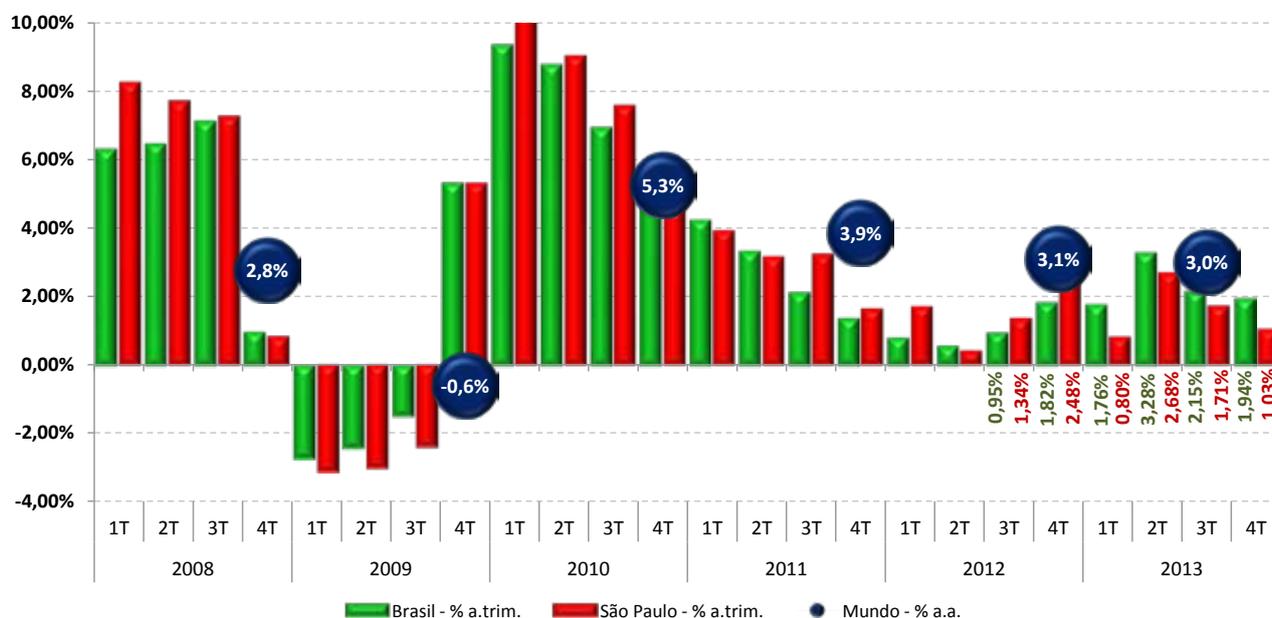
A economia brasileira apresentou no quarto trimestre de 2013 um crescimento de 1,94% e de 1,03% no Estado de São Paulo. No ano, o crescimento foi de 2,3% e 1,5%, respectivamente. Comparado ao padrão internacional, o crescimento econômico brasileiro não foi dos piores.

Entretanto, o triênio encerrado em 2013 completa um período de fraco desempenho econômico, com média de crescimento em torno de 2,01% no país. Esse desempenho é semelhante ao obtido no período entre 1995 e 2000, quando a política de combate à inflação manteve o câmbio sobrevalorizado na maior parte do tempo e os produtos importados exerceram forte concorrência no mercado interno.

Outro aspecto a ser observado com atenção é o desempenho da indústria. No período entre 2010 e 2013, a indústria apresentou um crescimento médio de 0,69%, o pior dos últimos governos.

Dentre os fatores explicativos está a perda de competitividade da indústria brasileira, fruto do sucateamento da infraestrutura, baixo fluxo de investimento e taxa de câmbio desfavorável.

**Crescimento Trimestral do PIB (%)**  
(comparado a igual período do ano anterior)



Apesar do superávit de US\$ 2,5 bilhões (FOB) na Balança Comercial Brasileira em 2013, houve uma redução de 86,8% comparativamente ao ano de 2012, mesmo com as operações contábeis realizadas pelo governo federal. No 1º bimestre de 2014, a Balança Comercial apresenta um déficit de US\$ 6,18 bilhões (FOB), 16,25% maior que o déficit de igual período do ano passado.

Se pensarmos a médio e longo prazo, as perspectivas são, no mínimo, apreensivas. No período entre 2009 e 2013, o crescimento do consumo foi superior à expansão dos investimentos.

O consumo das famílias teve o 10º crescimento anual consecutivo, impulsionado especialmente pela expansão da massa de salários e dos mecanismos de crédito. Especialmente após a crise de 2008, a política econômica adotada procurou impulsionar a atividade econômica por meio de estímulos ao consumo.

### Evolução da Taxa de Investimento no Brasil e Comparações

Países Seleccionados	Investimento no Mundo (% PIB)	Investimento no Brasil (% PIB)	
		Ano	Valor
Estados Unidos	16,16%	2006	16,63%
Zona do Euro	17,99%	2007	17,84%
Alemanha	17,22%	2008	19,27%
França	19,90%	2009	18,03%
Inglaterra	14,28%	2010	20,35%
BRICS	36,93%	2011	20,74%
Chile	24,90%	2012	19,71%
Argentina	23,79%	2013	20,48%

FONTE: FMI, IBGE e SEADE

Por outro lado, o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – os investimentos – apresentou um comportamento cíclico, seja em bases anuais ou trimestrais. A taxa latente de crescimento de uma economia (PIB potencial) requer uma expansão uniforme da FBCF, de tal forma a manter um crescimento sustentável e evitar soluções inflacionárias.

Uma das principais discussões referentes às condicionantes macroeconômicas do Brasil atual aponta para o esgotamento do modelo baseado no consumo. Em grande parte, as críticas convergem no sentido do descompasso entre o crescimento da oferta (FBCF) e da demanda (consumo do setor privado e do setor público). É imprescindível expandir a capacidade produtiva através de investimentos, principalmente do setor privado da economia. É fundamental despertar o "espírito animal" dos empresários, como aconselhava Keynes.

7

À guisa de informação teórica, utilizando o modelo Harrod/Domar\* – que associa a taxa potencial de crescimento à relação entre a taxa de investimento na economia e a relação capital-produto, descontada a depreciação dos estoques –, uma forma de fazer evoluir a taxa potencial de crescimento da economia brasileira seria aumentar a taxa média da FBCF. Como exercício ilustrativo, utilizando esse modelo, para um crescimento de 5% na economia brasileira ao ano, os investimentos deveriam ser elevados para um patamar em torno de 26% a 27% do PIB.

Esse cenário também se refletiu no Grande ABC, que não só tem apresentado uma redução no ritmo de geração de empregos, como também continua a perder empregos na indústria de transformação. Nos meses finais de 2013, também houve diminuição no volume de recursos movimentado nas operações de crédito na região.

Após 13 anos, o Grande ABC apresentou déficit na Balança Comercial no último ano, concentrado especialmente na comercialização de bens intermediários, que ficou negativo em mais de US\$1 bilhão (FOB).

Complementando o quadro, a inflação da Região Metropolitana de São Paulo se elevou mais intensamente em 2013, comparativamente à inflação nacional que fechou o ano em 5,84%.

O plano de estabilização monetária, denominado “Plano Real”, completou 20 anos no final de fevereiro, marcado pelo lançamento da Unidade Real de Valor (URV), estratégia bem sucedida para indexar a economia a uma moeda referencial, para que, em julho de 1994, se instituísse a nova moeda, o Real.

O êxito do “Plano Real” é indiscutível. A economia saiu de um patamar de inflação de 2.477% (IPCA), em 1993, para índices abaixo de 10%, em quase todos os anos subsequentes. Entretanto, como discutido acima, as políticas econômicas adotadas ainda não conseguiram implantar um modelo de crescimento sustentado e harmonioso, que nos permita visualizar, em médio e longo prazo, um cenário mais tranquilo em termos econômicos.

A proposta que se discute neste momento e que nos permitiria superar esta situação é a formação de um “Pacto de Confiabilidade” entre o setor privado (empresas) e o setor público (governo), de forma que a confiança (e podemos acrescentar a credibilidade) nas ações de governo por parte das empresas dos diversos setores levasse a um incentivo (uma segurança) para expandir os seus investimentos.

\* $g = f/v - d$  (sendo  $g$  a taxa potencial de crescimento,  $f$  a FBCF como % do PIB,  $v$  a relação capital-produto e  $d$  a taxa de depreciação do estoque de capital)

# MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

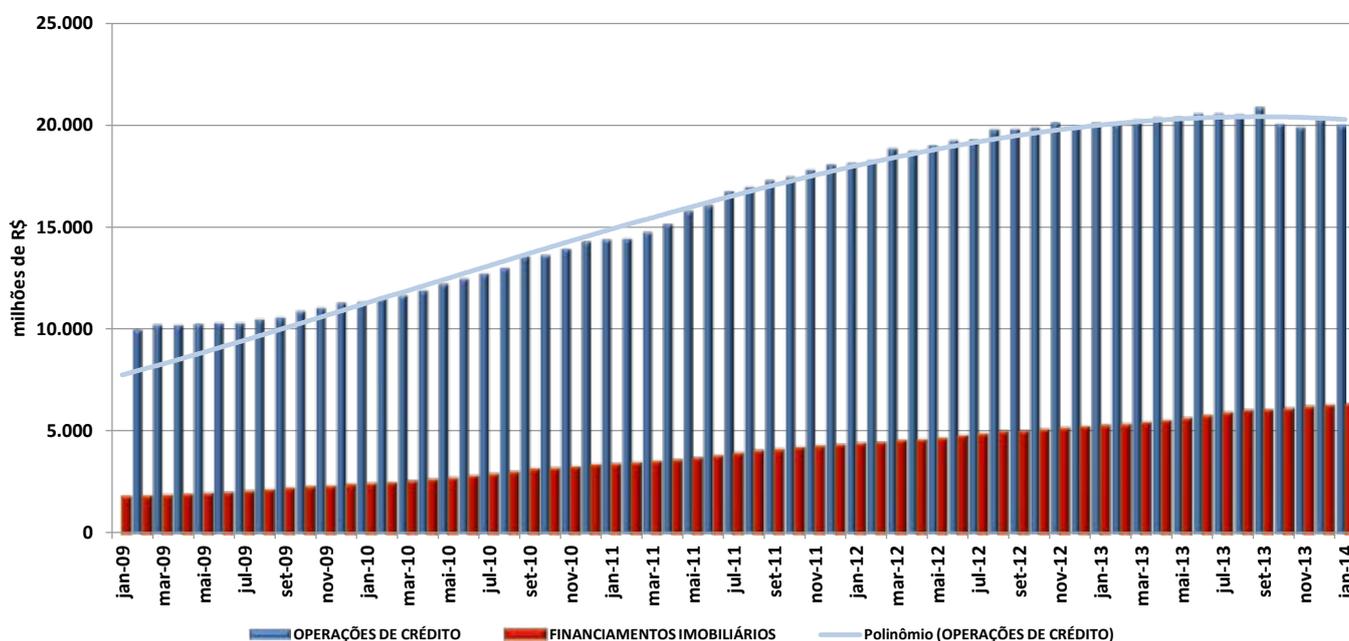
**A** tendência de desaceleração nas operações de crédito na região do Grande ABC, presente nos últimos 18 meses, culminou em uma retração nos meses finais de 2013. Diante dos esforços para conter a inflação por meio de uma política monetária ortodoxa contracionista, o Banco Central do Brasil tem elevado a taxa básica de juros no país. Como consequência, os mecanismos de crédito apresentam atualmente o maior custo desde meados de 2011.

O elevado endividamento das famílias, significativo comprometimento da renda, ampliação dos juros e maior seletividade dos bancos para concessão de novos créditos são os principais fatores que nos ajudam a entender a trajetória das operações de crédito.

Em 2013, o volume de operações de crédito no Grande ABC apresentou uma leve queda, revertendo a trajetória de crescimento seguida entre os anos de 2009 e 2012, com claros sinais de desaceleração neste último período.

Essa estagnação nas operações de crédito resultou em uma desaceleração da atividade comercial, com impacto desfavorável na atividade econômica local.

**Operações de Crédito no Grande ABC**  
(milhões de R\$ de fev/2014 - deflacionado pelo IPCA)



FONTE: Banco Central do Brasil

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE, a atividade comercial em 2013 apresentou o menor crescimento dos últimos 10 anos no Brasil. As vendas no comércio varejista aumentaram cerca de 4,26% entre janeiro e dezembro de 2013, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em 2012, esse crescimento foi de 8,44%.

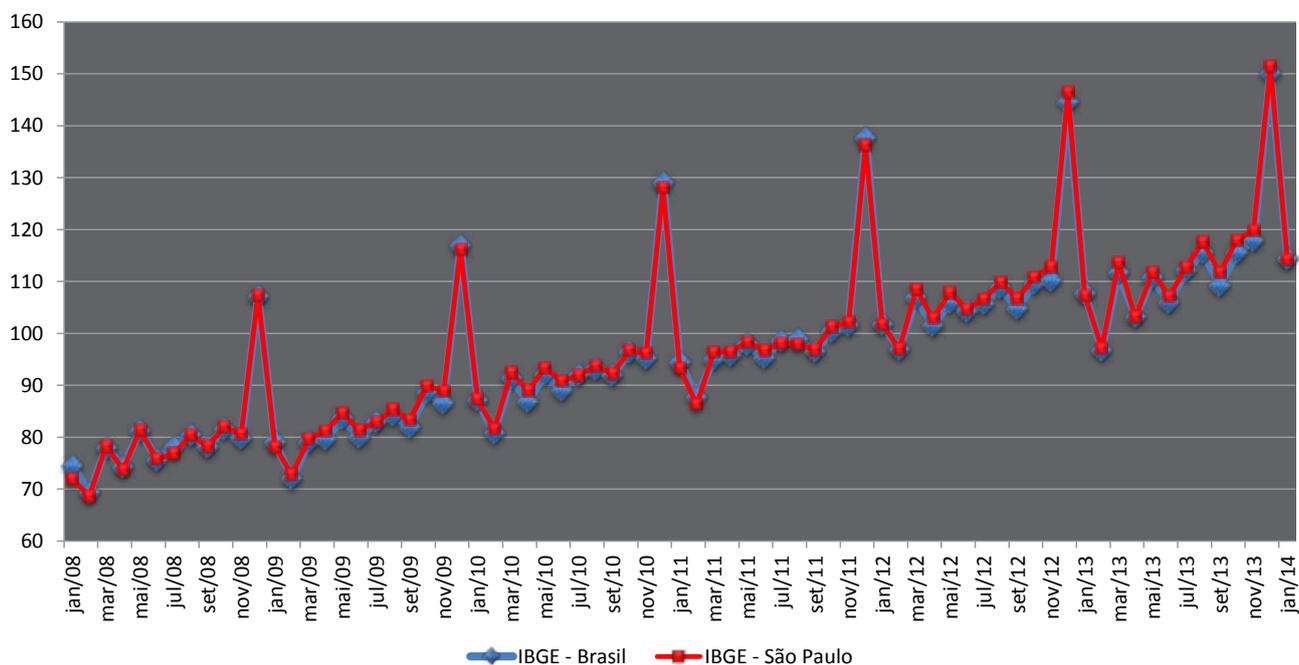
No Estado de São Paulo, a atividade comercial cresceu 4,23% em 2013, contra 9,64% em 2012, segundo a pesquisa realizada pelo IBGE.

O Indicador de Atividade Comercial da Serasa Experian para a Região Metropolitana de São Paulo apontou um crescimento de 5,1% no ano passado. Os piores desempenhos ficaram com os segmentos de equipamentos para o lar (móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e informática), com 3,06%; automóveis (veículos, motos e peças), com 3,8%; e material de construção, com 3,6%.

Um dos principais determinantes desse desempenho foi a saturação da capacidade de endividamento das famílias, revelada pela estagnação das operações de crédito, conforme explicado na página anterior. Essa observação revela a necessidade de reformular a estratégia de crescimento da economia.

As pesquisas de intenção de compras no Grande ABC ao longo de 2013 revelaram uma diminuição da disposição dos consumidores em utilizar mecanismos de crédito.

### Atividade Comercial (média de 2011 = 100)

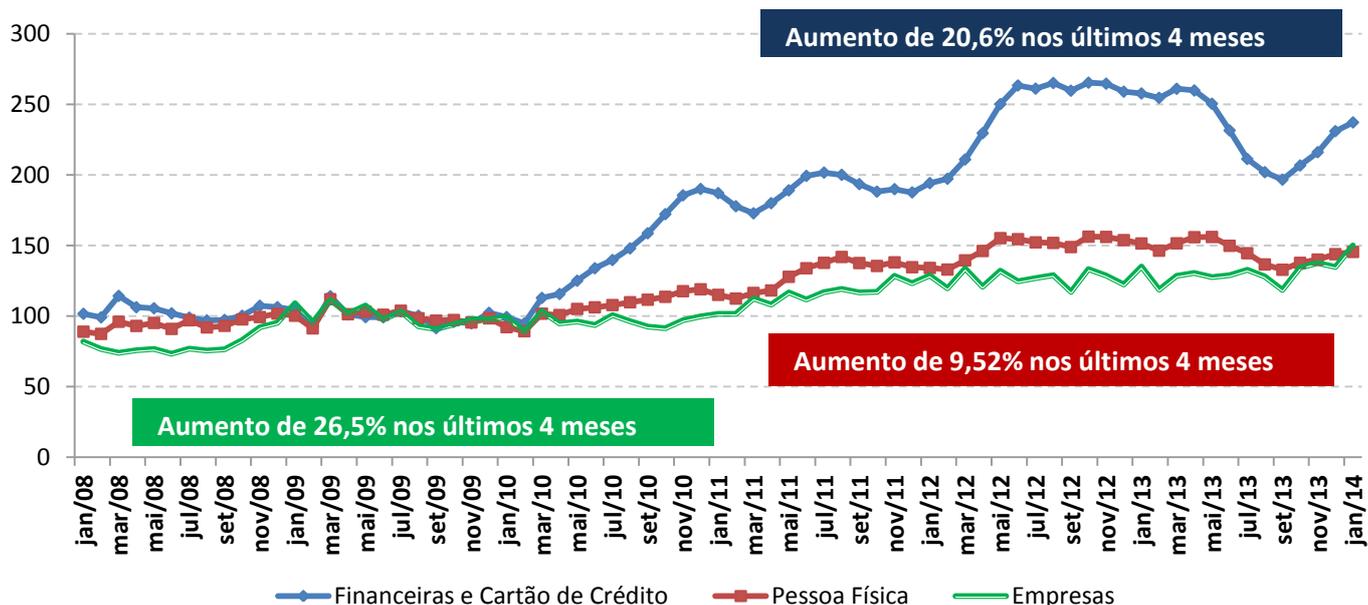


FONTE: IBGE

Em um cenário com maior restrição de crédito, a inadimplência também pode ser apontada como um fator para seu encarecimento. Após o período de redução, entre abril e setembro de 2013, o nível de inadimplência voltou a subir nos últimos 4 meses junto às pessoas físicas da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a pesquisa da Serasa Experian. O aumento foi de 20,6% junto às financeiras e às operadoras de cartões de crédito, o que impulsionou um aumento de 9,52% no índice geral. Em dezembro de 2013, o endividamento médio das famílias brasileiras correspondia a cerca de 45,4% da renda anual, e o grau de comprometimento mensal da renda com serviços da dívida era de cerca de 21,5%, segundo o Banco Central do Brasil.

### Inadimplência - Região Metropolitana de São Paulo

(média de 2009 = 100)



FONTE: Serasa Experian

Nos últimos meses também se constatou um aumento da inadimplência das empresas, como demonstrado no gráfico anterior. A combinação entre o aumento da taxa básica de juros (Selic), do custo das operações de crédito (como capital de giro) e a desaceleração na atividade comercial, tornaram ainda mais difíceis as condições financeiras das empresas, em especial daquelas já endividadas.

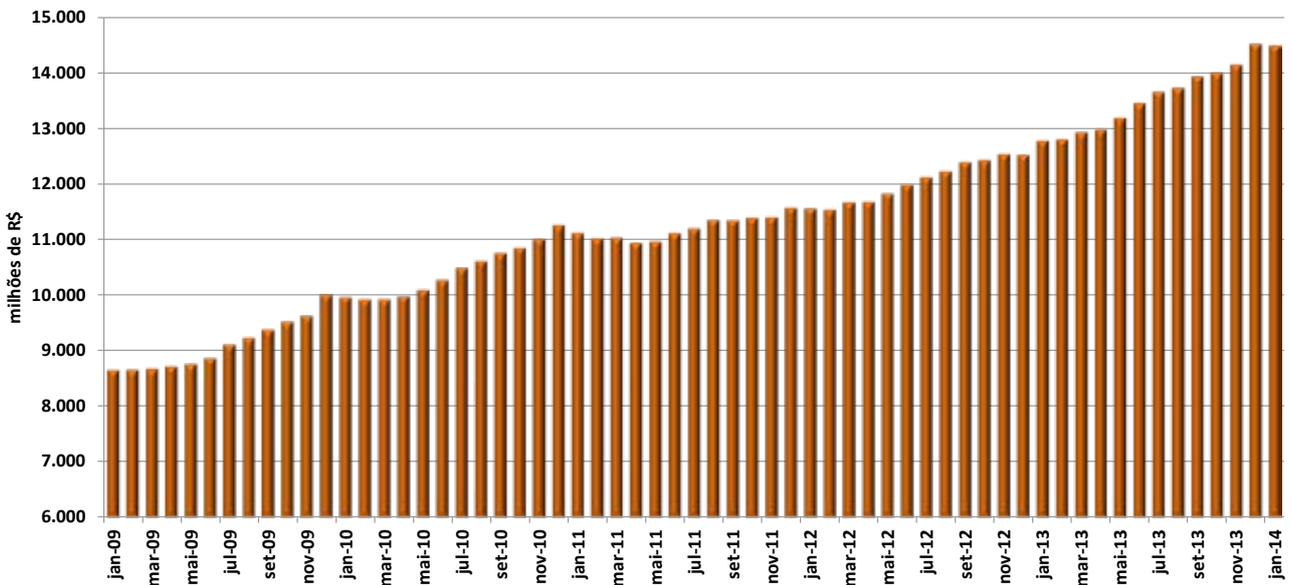
### TAXAS DE JUROS (% a.a.)

	dez/10	dez/11	dez/12	out/13	nov/13	dez/13	jan/14	fev/14
<b>Selic</b>	10,75	11,00	7,25	9,50	10,00	10,00	10,75	11,00
<b>TJLP</b>	6,00	6,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
<b>Capital de Giro</b>	21,40	20,21	15,05	18,73	19,78	19,86	21,30	21,78
<b>Cheque Especial</b>	170,71	169,60	138,04	144,51	146,36	147,94	153,97	156,60

FONTE: Banco Central do Brasil

Do outro lado, o volume de poupança na região se expandiu a taxas crescentes nos últimos dois anos, em uma região que detém uma das maiores rendas per capita do país. No âmbito nacional, as operações de crédito também têm desacelerado, simultaneamente ao crescimento dos depósitos em poupança. Isso reflete, de modo geral, um comportamento mais cauteloso por parte dos consumidores.

### Depósitos em Poupança no Grande ABC (milhões de R\$ de fev/2014 - deflacionado pelo IPCA)



FONTE: Banco Central do Brasil

# INFLAÇÃO

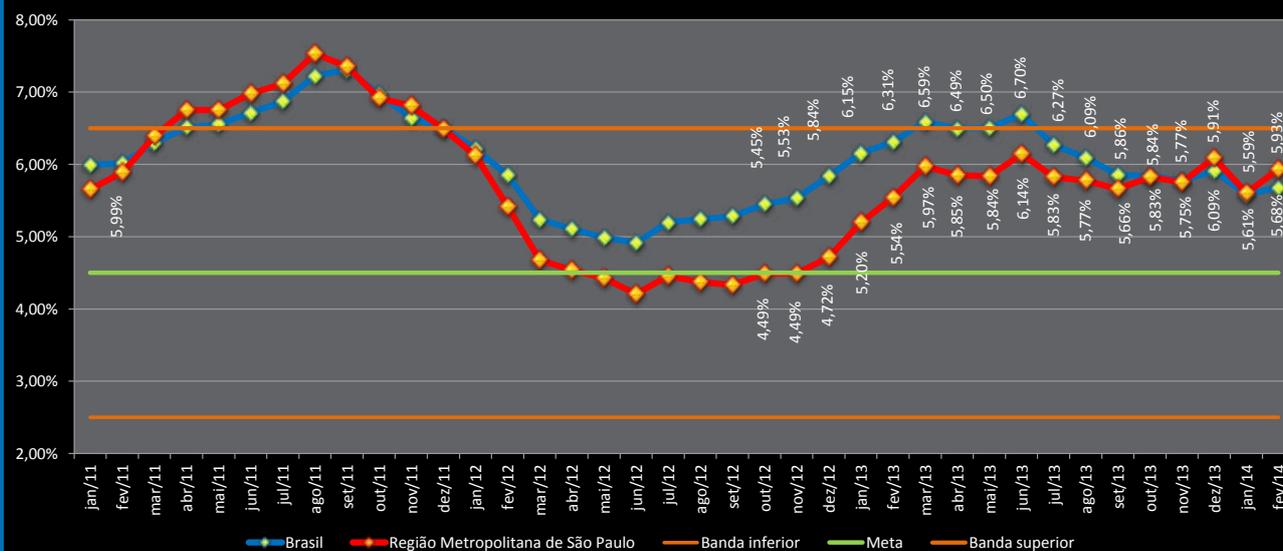
**E**m recente declaração, o presidente do Banco Central do Brasil afirmou que a inflação está resistente. Isso porque, mesmo após a elevação da taxa básica de juros, que saiu do patamar de 7,25% para 11% ao ano, a inflação continua mais de 1 ponto percentual acima da meta de 4,5%. Essa constatação tem alimentado questionamentos sobre o diagnóstico da inflação brasileira e as ações adotadas para combatê-la.

Oito meses após atingir 6,7% a.a. em junho do ano passado, o IPCA acumulou uma inflação de 5,68% a.a. em fevereiro de 2014. O índice acumulado está praticamente estável desde setembro do ano passado, quando o IPCA registrou uma inflação de 5,84% a.a. e fechou 2013 com 5,91% a.a..

Às vésperas do processo eleitoral, essa é, sem dúvida, uma das principais preocupações do governo atual. Diante disso, o governo tem feito questão de afirmar que continuará atuando firmemente para a redução das pressões inflacionárias.

Nas versões anteriores do Boletim EconomiABC alertamos sobre os riscos de persistir com o método de combate à inflação via repressão da demanda. Ainda que, a curto prazo, seja um caminho necessário, não podemos perder a perspectiva de longo prazo. A promoção da expansão da capacidade produtiva, em especial nos setores que atualmente apresentam elevada utilização da capacidade instalada, como o setor energético brasileiro, é imprescindível. A ampliação do potencial de oferta, além de reduzir eventuais pressões sobre os preços, também melhora o potencial de crescimento econômico e a geração de empregos.

### Inflação Acumulada em 12 Meses (IPCA-IBGE; em % a.a.)



FONTE: IBGE

Ainda que a política de metas para a inflação ataque a inflação média entre os setores, a discussão sobre a inflação brasileira ganha novos elementos quando analisamos os dados desagregados por segmento que compõem o índice de inflação. Em vários deles, a inflação ultrapassa a banda superior da atual política de metas para inflação – os 6,5% no acumulado do ano.

Inflação Desagregada - IPCA variação entre jan e dez de 2013		
<b>Geral</b>	<b>5,91</b>	<b>6,09</b>
Alimentação	8,48	9,08
Habitação	3,4	3,3
Artigos residência	7,12	7,28
Vestuário	5,38	5,28
Transporte	3,29	3,15
Saúde e cuidados pessoais	6,95	7,32
Despesas pessoais	9,51	10,39
Educação	7,94	7,78
Comunicação	1,5	0,98

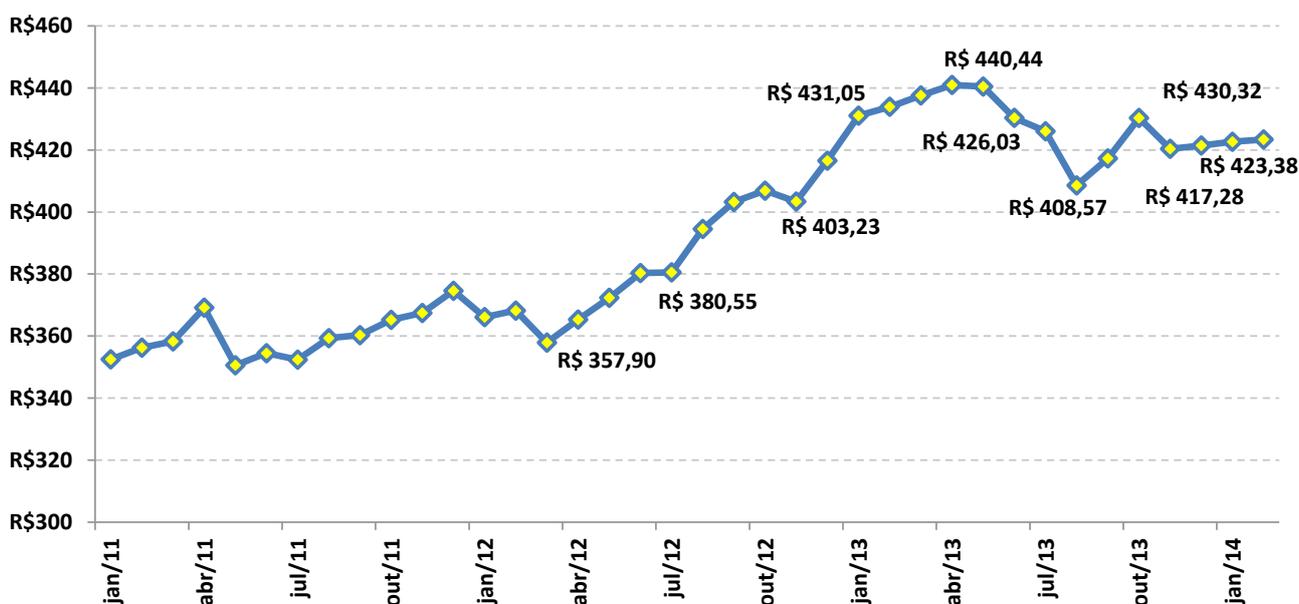
FONTE: IBGE

Nos segmentos em que os preços administrados são mais presentes, a variação dos preços se mostra mais amena. Segundo a Ata do Copom (Conselho de Política Monetária), em janeiro de 2014 a inflação dos preços livres acumulou 6,65% no ano e a inflação dos preços administrados acumulou 2,15%.

Diferentemente do observado ao longo de 2012 e grande parte de 2013, a inflação mensurada na Região Metropolitana de São Paulo se equiparou à inflação nacional e, no último mês de fevereiro, chegou a superá-la, atingindo 5,93% a.a..

Mesmo sendo o grupo de alimentos que mais pressionou a inflação em 2013, nos últimos quatro meses, o preço da cesta básica na Região do Grande ABC, mensurada pela CRAISA, manteve-se praticamente estável, após ter registrado o valor recorde em abril de 2013. Ainda assim, o valor de R\$ 423,30 apontado na última semana do mês de fevereiro de 2014 é aproximadamente 14,9% maior que a média apresentada pela cesta no primeiro semestre de 2012.

**Cesta Básica - Região do ABC (em R\$)**



FORNTE: CRAISA

Ao que tudo indica, o preço da cesta básica que em 2011 flutuava em torno de R\$ 360, tenderá a ser negociado em um novo patamar em 2014, em torno de R\$ 420.

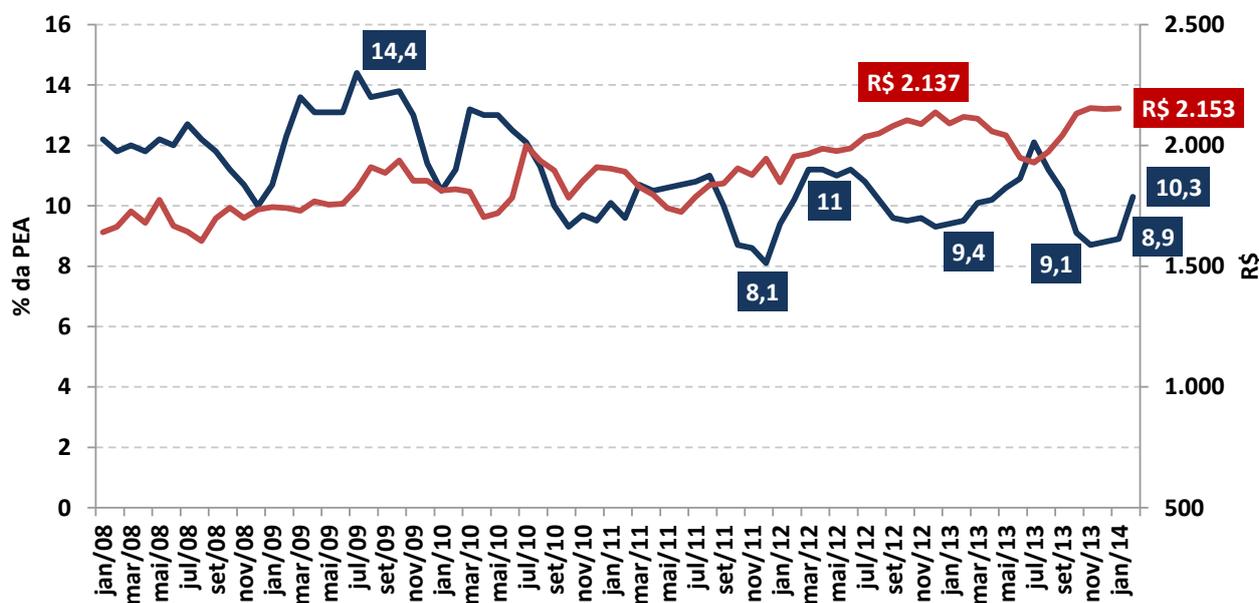
# MERCADO DE TRABALHO

**D**e acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregos (CAGED), no ano de 2013 o Brasil gerou cerca de 1,1 milhão de empregos formais, cerca de 200 mil a menos que em 2012. Os únicos setores em que a geração de empregos aumentou foram a indústria de transformação e a administração pública. Essa redução no ritmo de geração de empregos é explicada pelo baixo crescimento econômico, que registrou 2,3% no ano passado.

No Grande ABC, foram criadas 9.530 vagas no mercado formal de trabalho em 2013, 595 a mais que em 2012. Entretanto, mesmo com saldos positivos, os setores de comércio, serviços e administração pública geraram 4.653 empregos a menos que em 2012. A diferença comparativa no total de empregos gerados foi proporcionada pela indústria de transformação, que perdeu 1.687 postos de trabalho em 2013, contra uma perda de mais de 7.000 postos em 2012.

Os dados de emprego no setor industrial apontam uma continuidade da retração do setor, que tem sofrido com a concorrência dos produtos e fornecedores externos.

### Desemprego no Grande ABC (% da PEA)



FONTE: SEADE

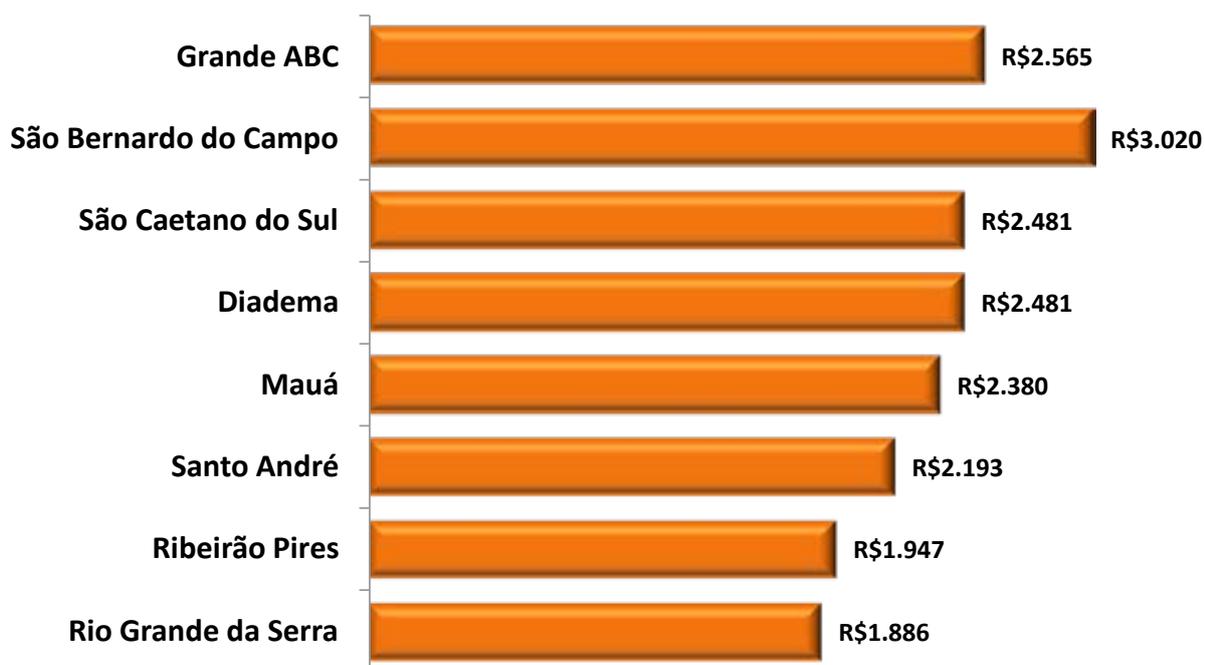
No último semestre de 2013, a redução da taxa de desemprego na região foi acompanhada de uma melhoria nos índices de formalização do trabalho. Entretanto, em fevereiro, a taxa de desemprego voltou a se elevar para 10,3% da População Economicamente Ativa, segundo a pesquisa do SEADE/DIEESE. Essa elevação foi decorrente da redução do nível de ocupação, especialmente na indústria, segundo levantamento do SEADE/DIEESE.

O salário médio real dos trabalhadores ocupados no Grande ABC foi de R\$ 2.153 em dezembro de 2013, apresentando uma leve recuperação após a pequena retração ocorrida em meados do mesmo ano, provocada pelo aumento da taxa de desemprego no período.

No mercado formal de trabalho, o salário médio estimado teve uma pequena redução real de 2,6% ao longo de 2013 no Grande ABC, segundo dados do CAGED e da RAIS, tendo sido mais intensa na indústria de transformação. Um dos fatores que afetou essa queda no poder de compra dos salários foi a elevação da inflação e a rotatividade da mão de obra.

Os gráficos a seguir apresentam os salários médios estimados no mercado formal de trabalho no Grande ABC.

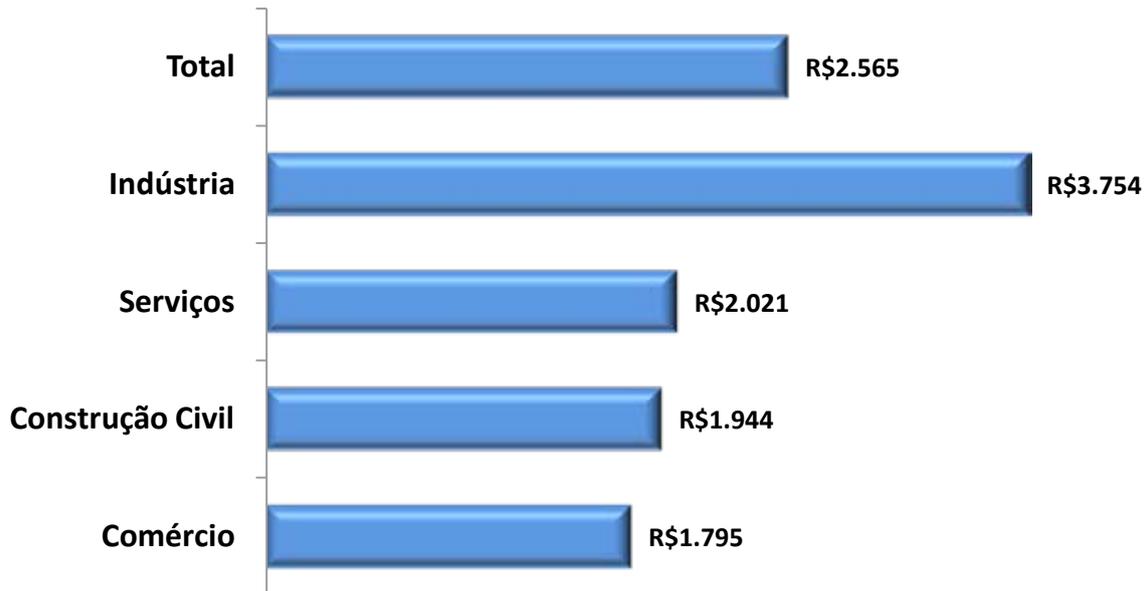
### Renda do emprego formal - Fev/2014



FONTE: CAGED/RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Setorialmente, a indústria apresenta a maior capacidade de geração de valor adicionado, o que explica o maior salário médio comparativamente aos demais setores. Ao mesmo tempo, a continuidade da perda de empregos no setor, observada em 2012, 2013 e início de 2014, gera apreensão, não só pela sua posição na cadeia produtiva, mas também pela capacidade do setor gerar renda na região.

### Renda do Emprego Formal no Grande ABC - Fev/2014



FONTE: CAGED/RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Qualitativamente, o mercado de trabalho brasileiro sofre com a falta de mão de obra qualificada. O Grande ABC não é uma exceção. Em recentes pesquisas realizadas sobre o tema, os empresários apontam o desafio de contratar mão de obra como um dos mais difíceis de serem superados. Na outra ponta, esse desafio também deve ser considerado pelo poder público, em sua tarefa de cuidar do modelo educacional do país.

A história econômica mundial é repleta de exemplos sobre a importância do sistema educacional para o processo de crescimento econômico. Nas últimas décadas merecem destaque os casos da Coreia do Sul e da China.

É fundamental inserir nas análises sobre mercado de trabalho mais essa questão, para que possamos qualificar a discussão.

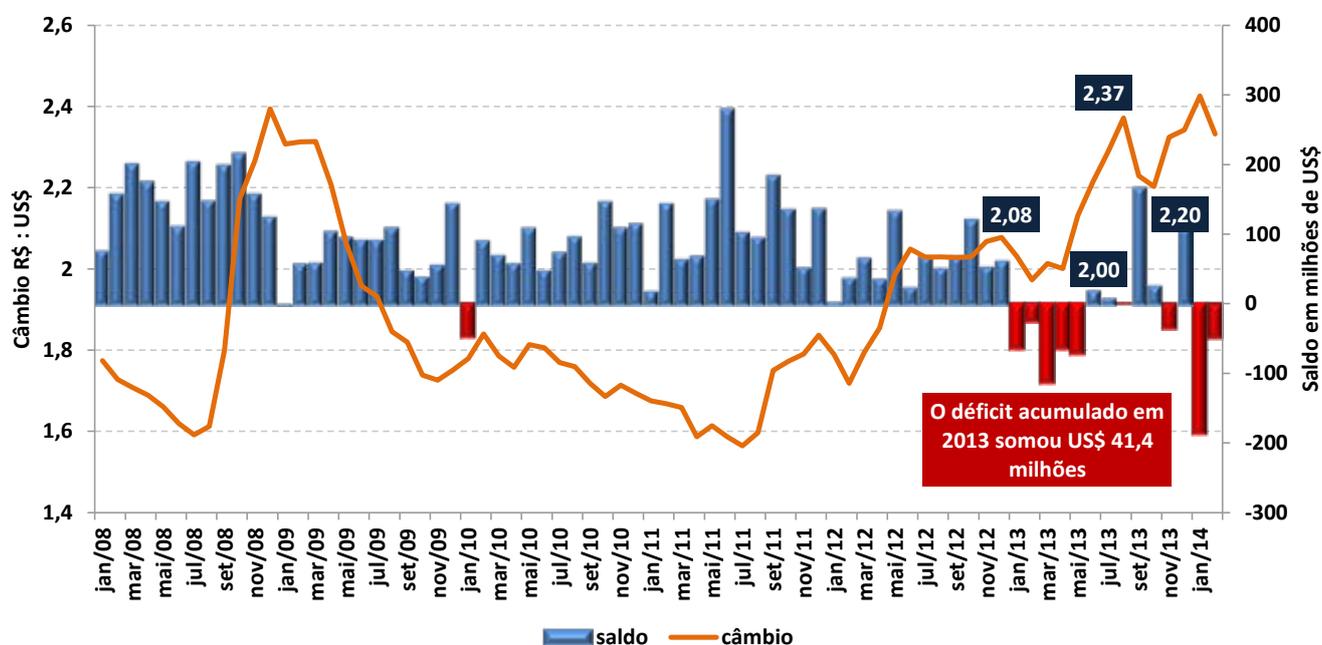
# COMÉRCIO EXTERIOR

**A**pós 13 anos, a Balança Comercial do Grande ABC voltou a registrar déficit no saldo acumulado do ano. O resultado de 2013 foi negativo em US\$ 41,4 milhões (FOB). O primeiro bimestre de 2014 registra um déficit de US\$ 233 milhões (FOB), sendo 158% maior que o déficit registrado em igual período do ano passado.

A Balança Comercial Brasileira também apresentou no ano passado o pior resultado desde o final da década de 1990. O resultado acumulado no ano de 2013 é de pouco mais US\$ 2,5 bilhões (FOB), ante um superávit de mais de US\$ 17 bilhões (FOB) no mesmo período de 2012. Esse é o pior resultado para o período desde 1998.

A taxa de câmbio está entre os principais fatores explicativos para esse comportamento. Mesmo com a desvalorização do Real, ocorrida desde meados de 2013, seus efeitos ainda não foram suficientes para reverter a trajetória de deterioração da Balança Comercial Brasileira. Em parte, porque a equipe econômica subestimou os efeitos da valorização do Real sobre a competitividade da indústria brasileira. A lenta expansão da corrente de comércio exterior no mercado internacional também prejudica o desempenho da Balança Comercial Brasileira, especialmente das exportações.

Saldo da Balança Comercial do Grande ABC - milhões de US\$



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ao longo de 2013, enquanto as importações cresceram 18,45% em comparação ao ano anterior, as exportações aumentaram apenas 4,86% no Grande ABC.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC			
Jan. - Dez. de 2013 (US\$ FOB)			
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
BENS DE CAPITAL	1.920.530.024	1.369.810.707	550.719.317
BENS INTERMEDIÁRIOS	3.817.663.371	4.835.143.425	(1.017.480.054)
BENS DE CONSUMO	1.100.103.812	739.182.792	360.921.020
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	89.346.267	25.046.537	64.299.730
DEMAIS OPERAÇÕES	60.610	-	60.610
<b>TOTAL</b>	<b>6.927.704.084</b>	<b>6.969.183.461</b>	<b>(41.479.377)</b>

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC			
Jan. - Dez. de 2012 (US\$ FOB)			
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
BENS DE CAPITAL	1.790.151.688	1.284.475.680	505.676.008
BENS INTERMEDIÁRIOS	3.884.380.743	4.018.694.054	(134.313.311)
BENS DE CONSUMO	883.230.572	558.218.250	325.012.322
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	48.890.743	16.652.656	32.238.087
DEMAIS OPERAÇÕES	240	-	240
<b>TOTAL</b>	<b>6.606.653.986</b>	<b>5.878.040.640</b>	<b>728.613.346</b>

FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Setorialmente, a comercialização de bens de capital, bens de consumo e combustíveis apresentou superávits comerciais em 2013. Ao mesmo tempo, a comercialização de bens intermediários apresentou um resultado deficitário de US\$ 1.017 milhões. Comparativamente ao ano de 2012, houve um crescimento de 657% no saldo deficitário. Esse resultado é consequência da substituição dos fornecedores locais por importados, para atender as cadeias de produção de bens finais. Esses dados demonstram o efeito da política externa na indústria local, especialmente a que atua no fornecimento de bens intermediários.

A ampliação do déficit no setor de bens intermediários, no qual a produção industrial apresenta significativa capacidade de geração de valor adicionado, traz enormes impactos para a economia regional.

A tabela a seguir mostra os principais produtos exportados e importados no Grande ABC, bem como nos permite avaliar de forma mais detalhada a expansão das importações de bens intermediários.

# 20

Principais produtos exportados no Grande ABC em 2013		
	US\$	2013/2012
CAMINHÕES (conjunto semirreboque)	588.199.331	17,16%
CHASSIS C/MOTOR P/VEÍCULOS (Transp > 10 pessoas)	585.681.978	7,48%
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSÃO,1500<CM3<=3000	419.165.920	106,29%
CHASSIS C/MOTOR DIESEL E CABINA,5T<CARGA<=20T	369.997.067	17,71%
TURBORREADORES DE EMPUXO>25KN	343.611.571	30,80%
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSÃO,1000<CM3<=1500	184.111.883	-30,10%
OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSÃO,CARGA<=5T	182.596.622	30,93%
EIXOS D/TRANSM.C/DIFERENCIAL P/VEÍCS.AUTOMS.	157.546.712	-4,15%
OUTROS CONDUTORES ELÉTR.P/TENSÃO>1000V	155.537.244	2270,23%
CARTUCHOS P/ESPINGARDAS/CARABINAS DE CANO LISO	141.772.753	11,79%

Principais produtos importados no Grande ABC em 2013		
	US\$	2013/2012
OUTRAS CAIXAS DE MARCHAS	362.547.389	35,20%
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSÃO,1500<CM3<=3000	320.153.460	61,00%
OUTRAS PARTES E ACESS.DE CARROÇARIAS P/VEÍC.AUTOMÓVEIS	292.855.252	17,50%
OUTRAS PARTES E ACESS.P/TRATORES E VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	211.285.760	42,90%
PARTES DE TURBORREADORES OU DE TURBOPROPULSORES	193.808.790	16,35%
OUTS.EIXOS E PARTES,P/VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	172.620.529	49,30%
PARTES DE CAIXAS DE MARCHAS	149.703.873	83,98%
BORRACHA NATURAL TECNICAM.ESPECÍF.(TSNR),EM OUTS.FORMAS	92.691.548	139,46%
TURBORREADORES DE EMPUXO>25KN	92.000.069	12,08%
OUTRAS PARTES PARA MOTORES DIESEL E SEMIDIESEL	82.491.736	56,96%

FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Alguns dos dados referentes ao período recente, como a deterioração do saldo de Balança Comercial, a retração na expansão das operações de crédito, a desaceleração na expansão da atividade comercial e a estagnação da massa salarial contribuem para avaliarmos o desempenho da economia do Grande ABC neste período.

O principal desafio colocado à equipe econômica consiste em combater a “resistente” inflação, bem como estimular a expansão da atividade econômica. Ocorre que, historicamente, as experiências nos mostram que, se a curto prazo a prioridade for combater a inflação, esse esforço comprometerá as possibilidades de expansão produtiva. Entretanto, em um ano de eleições, ambos os indicadores são importantes para avaliação do governo.

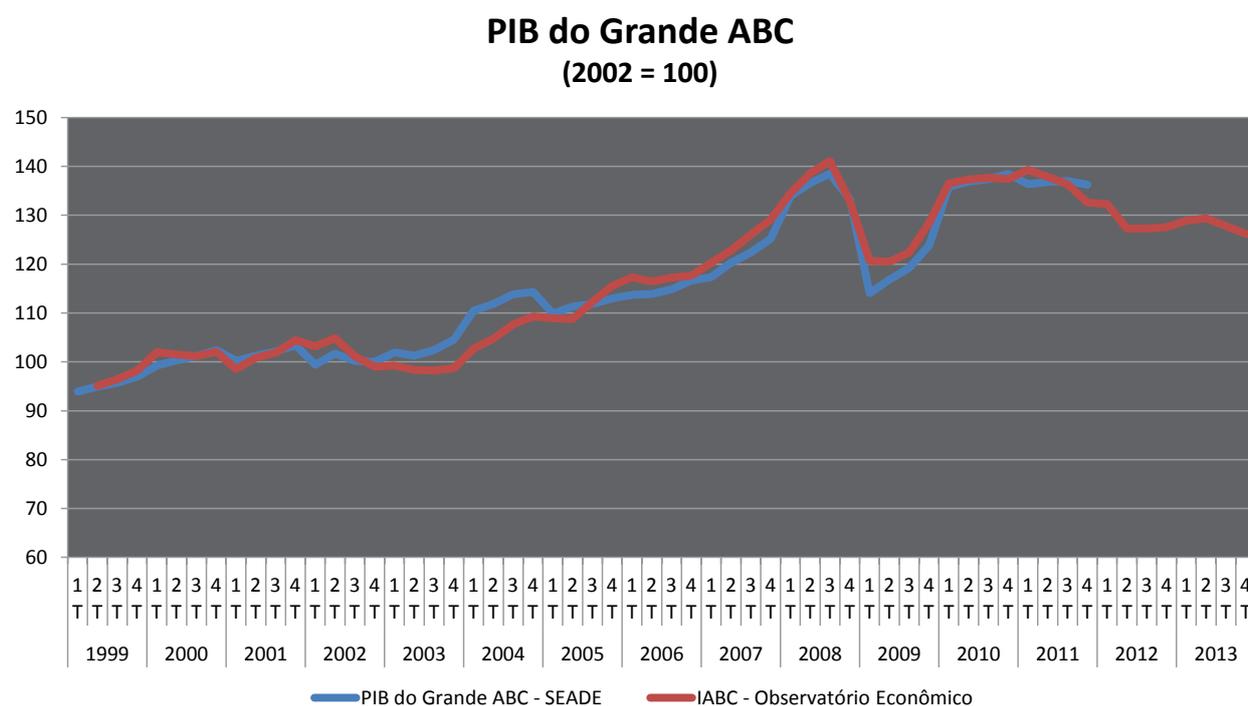
# PIB DO GRANDE ABC: iABC

Na última edição do Boletim EconomiABC, o Indicador de Desempenho da Economia do Grande ABC (iABC) apontou uma tendência de retração de -1,3% em 2011. Segundo apuração realizada pelo SEADE, o PIB do Grande ABC em 2011 somou R\$ 87,69 bilhões. Comparando ao ano de 2012, houve uma retração de -1,6% no PIB, já deflacionado\*.

Em grande parte, isso se deu pelo baixo desempenho da indústria, que responde por 32,6% do PIB local. Embora o setor tenha perdido representatividade direta na composição do PIB regional, uma parcela bastante significativa da cadeia de serviços atende à demanda da indústria, sendo então dependente de seu desempenho.

Essa larga dependência da indústria tem feito o PIB local ser mais sensível às variações do setor. Nos anos de 2010 e 2011, quando o PIB industrial cresceu 10,43% e 1,58%, respectivamente, no Brasil, o PIB do Grande ABC apresentou as variações de 11,83% e -1,3%. Nesses mesmos anos, o PIB do Brasil cresceu 7,53% e 2,73%.

A atualização do cálculo do indicador aponta uma tendência de retração para os anos de 2011, 2012 e 2013, conforme gráfico a seguir.



FONTE: SEADE e Observatório Econômico/UMESP. Dados deflacionados pelo deflator implícito do PIB paulista.

\*Os dados foram deflacionados pelo deflator interno do PIB paulista.

A análise de alguns indicadores da economia local aponta para conclusões convergentes a respeito do comportamento recessivo da economia do Grande ABC.

Desde o ano de 2011, os dados do CAGED e da RAIS vêm apontando uma redução no volume de empregos industriais na região, o que denota uma retração da atividade econômica no setor. Recentemente, algumas empresas do setor, especialmente no ramo de automóveis e caminhões, resolveram reduzir a jornada de trabalho, conceder férias coletivas e até lançar programas de demissão voluntária.

Crescimento Comparado do PIB (% a.a.)			
	Brasil	São Paulo	Grande ABC
2008	5,17	5,90	6,43
2009	-0,33	-0,80	-7,07
2010	7,53	7,90	11,83
2011	2,73	3,00	-1,60
2012	0,87	1,50*	-5,78*
2013	2,30	1,70*	-0,41*

FONTE: IBGE, SEADE e Observatório Econômico

\*Valores estimados. As estimativas para o Estado de São Paulo são realizadas pelo SEADE. As estimativas para o Grande ABC foram extraídas do modelo preditivo deste trabalho.

Além do baixo ritmo do crescimento econômico e da ampliação do volume de investimentos, a concorrência com produtos importados vem prejudicando o desempenho da indústria no país.

Em 2013, Balança Comercial do Grande ABC apresentou resultado deficitário, o que não ocorria há treze anos. O déficit de US\$ 41 milhões (FOB) foi integralmente gerado na transação de bens intermediários, cujo déficit superou US\$ 1 bilhão (FOB). O saldo da Balança Comercial apresentou uma progressiva deterioração, afetando especialmente a cadeia de bens intermediários do processo produtivo, em função da concorrência com os produtos importados.

Pela ótica da demanda, os últimos meses registraram uma diminuição no volume de recursos movimentados com operações de crédito na região, após uma tendência de desaceleração que se seguia desde 2011. A diminuição dessas operações reflete negativamente sobre o nível de atividade comercial e, consecutivamente, sobre o desempenho da economia. Considerando o cenário de tendência de elevação da taxa de juros, a retomada da utilização

dos mecanismos de crédito como estímulo ao consumo não tenderá a ser retomada a curto prazo, haja vista o objetivo do Banco Central em diminuir a taxa de inflação.

O iABC aponta que a economia do Grande ABC permaneceu praticamente estagnada em 2013, com uma pequena queda de 0,41%, dando continuidade a um ciclo recessivo que perdura três anos.

Diante da representatividade da economia do Grande ABC e de seu histórico, é imprescindível que sejam adotadas políticas ativas com vistas a estimular a atividade econômica. Seria oportuno adotar ações voltadas à atração de investimentos, que podem abranger desde a organização do espaço urbano e sua ocupação, o estímulo ao desenvolvimento de novos setores produtivos, até mecanismos de incentivo (não somente fiscais) que envolvam não somente os municípios, mas também o Estado e quiçá o governo federal.

Da mesma forma que na edição anterior, ressaltamos que os modelos preditivos não têm o objetivo de antecipar o resultado exato do comportamento econômico futuro. O principal benefício é termos um instrumento analítico que nos permita avaliar com uma defasagem de tempo menor a trajetória da economia, para que os agentes econômicos possam rever suas estratégias e decisões, incluindo os gestores públicos.

Desde que saibamos transformá-la em conhecimento, quanto maior o nível de informação, menor será a incerteza.

## DÚVIDAS E PERSPECTIVAS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA

As perspectivas que se colocam para o último ano de mandato da presidente Dilma Rousseff não são promissoras. O quadro de incertezas e dúvidas que vislumbramos atualmente torna difícil o vislumbre de perspectivas otimistas para os próximos meses e mesmo para os anos vindouros.

Tais indefinições provêm tanto do cenário econômico externo quanto das condições políticas e econômicas internas.

No contexto internacional, emerge um quadro claro de suspeição quanto à capacidade efetiva de recuperação das economias europeia, norte-americana e japonesa, assim como a respeito das condições de sustentabilidade das altas taxas de crescimento experimentadas pela economia chinesa nas últimas décadas. É ocioso detalhar o quanto uma melhoria no desempenho dessas economias poderia colaborar para a expansão das exportações brasileiras, variável esta que se constitui crítica atualmente, não apenas pelo seu efeito do ponto de vista da demanda agregada, mas, sobretudo, pelo preocupante quadro de deterioração das contas externas observado no último ano. Some-se a isso mais dois importantes "fatores perturbadores" no front externo: a crise na Argentina e na Venezuela e a mudança na política monetária norte-americana. No primeiro caso, estamos falando de dois parceiros comerciais essenciais, com os quais o Brasil registra sistematicamente saldos positivos na balança comercial. Tal saldo, extremamente relevante para o Brasil nas condições atuais, encontra-se fortemente ameaçado em virtude do quadro de crise aguda que afeta esses dois países sul-americanos, notadamente no que tange à carência de divisas, tornando inevitável a redução das importações provenientes do Brasil. No que toca à política de redução da injeção de liquidez por parte do Federal Reserve, as perspectivas são um pouco mais otimistas. Além das declarações apaziguadoras da nova presidente, no sentido de alterar de forma muito prudente tal política, o mercado parece já ter "precificado" tal redução de liquidez, de forma que os impactos sobre a economia brasileira aparentemente serão muito menos severos do que se imaginava há alguns meses.

Se no tocante às condições externas poucas alternativas de intervenção restam ao governo

brasileiro, tal não se pode afirmar relativamente à conjuntura nacional, e o governo vem buscando alternativas.

Diversas são as questões a serem enfrentadas pelo governo para tentar melhorar o desempenho da economia no que tange ao crescimento, inflação e contas externas. Podemos dizer que se consolidou no Brasil um "quase" consenso a respeito de quais seriam as principais razões da performance medíocre dos principais indicadores macroeconômicos e de como enfrentar essa situação. O próprio governo, de certa forma, assimilou as principais críticas formuladas por aqueles que se opõem às linhas mestras da política econômica desenvolvida até então e vem buscando alterar os rumos dessa política. Podemos resumir esse novo "quase consenso" na proposição de três medidas básicas.

Em primeiro lugar, a priorização do combate à inflação, o que teria deixado de acontecer nos dois últimos anos. Com efeito, a partir de agosto de 2011, o Banco Central iniciou uma política de redução consistente da taxa de juros básica, que estava então na casa dos 12,5% ao ano, até alcançar 7,25% no final do ano, patamar mantido nos meses seguintes. Tal política, conjugada com a atuação agressiva dos bancos públicos (BB, CEF e BNDES) na concessão de crédito, teria colaborado para que a taxa de inflação se mantivesse continuamente próxima do limite máximo da meta, fato que comprometeu a credibilidade do Banco Central. Assim, cerca de um ano atrás, o BACEN reverteu tal política, aumentando consistentemente a Selic a partir de então, chegando aos 10,75% no final de fevereiro de 2014.

Em segundo, a redução do grau de incerteza em virtude de intervenções frequentes do governo na economia, "mudando as regras do jogo" e, dessa forma, aumentando o grau de incerteza e de desconfiança dos agentes econômicos. Exemplo dessas intervenções são a promoção de redução nas tarifas de energia elétrica (condição para a renovação das concessões), a utilização dos bancos públicos para redução dos spreads bancários, o aumento das tarifas de importação de determinados setores e as imposições sobre o setor de telecomunicações a respeito da obrigatoriedade de compartilhamento de redes e infraestruturas. Em resposta a essas críticas, o governo vem mostrando mais escrúpulos quanto a ferir eventuais suscetibilidades do mercado e zeloso quanto a afirmar sua "postura pró-mercado". Um marco importante dessa nova postura foi o lançamento, no final de 2012, de um ambicioso programa de concessões, abrangendo os setores aeroportuário, rodoviário, ferroviário e portuário. Observamos também, em período mais recente, a aceleração de diversos leilões de concessões de aeroportos e rodovias em condições bem mais favoráveis para o capital privado.

E por último, mas não menos importante que as demais, há a questão fiscal. Há quase que um clamor nacional por maior austeridade e transparência no âmbito fiscal. A redução

operada no superávit primário, bem como a crítica à “maquiagem” dos dados fiscais tornou-se muito comum nos últimos anos. O governo Dilma, de forma muito explícita, vem tentando contestar tal crítica mediante a promessa de maior rigor na gestão das contas públicas, mediante o anúncio recente de um corte de R\$ 44 bilhões em gastos do orçamento e o anúncio de um superávit primário maior para este ano, o qual deve alcançar 1,9% do PIB.

Um fato digno de nota diz respeito à inconsistência, a curto prazo, entre as medidas acima propostas e encaminhadas pelo governo e o objetivo de acelerar o crescimento econômico. Ou seja, ainda que admitamos que tais medidas venham a ter impacto positivo sobre o crescimento econômico a médio e longo prazo, segundo a visão hoje dominante, não resta dúvida quanto ao impacto negativo delas sobre o crescimento para o ano de 2014, ano eleitoral.

Como é possível que um governo se disponha a tomar medidas impopulares, com consequências nocivas sobre a produção e o emprego em pleno ano eleitoral? A resposta a essa questão passa pela situação bastante auspiciosa no tocante ao mercado de trabalho, com taxas de desemprego reduzidas, e pela limitadíssima capacidade de proposição de um projeto econômico alternativo por parte dos partidos de oposição, o que garante à presidente Dilma Rousseff, pelo menos até o momento, ampla vantagem nas pesquisas eleitorais. Tais fatores concedem ao atual governo brasileiro uma margem de manobra para operar sua política econômica bem mais ampla que o verificado em outras ocasiões eleitorais.

---

### Júlio Manuel Pires

Professor Doutor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP, do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP.



**A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.  
Patrocine esta iniciativa!**

E-mail: [observatorio.economico@metodista.br](mailto:observatorio.economico@metodista.br)  
Tel: 4366-5035

28